



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL XI - PINHEIROS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA JERICÓ S/N, São Paulo - SP - CEP 05435-040**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

**CONCLUSÃO**

Em 30 de janeiro de 2018, faço estes autos conclusos ao Dr. **Francisco Carlos Inouye Shintate** MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Cível do Foro Regional de Pinheiros. Eu, \_\_\_\_\_, (Rose) subsc.

Processo Digital nº: **1008580-76.2017.8.26.0011**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Patrícia Abravanel**  
 Requerido: **Ricardo Saud**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Francisco Carlos Inouye Shintate**

Vistos etc.

PATRÍCIA ABRANAVAL FARIA promoveu ação condenatória em face de RICARDO SAUD, alegando em síntese: a) a parte ré fez divulgar informação inverídica e ofensiva, em delação premiada à Procuradoria Geral da República em uma das fases da Operação Lava Jato", segundo a qual a parte autora teria participação em esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro; c) a ação da parte ré foi ilícita, e gerou-lhe danos morais. Pretende seja a ré condenada no pagamento de indenização por danos morais e na publicação de resposta, com os consectários de lei. Com a inicial juntou documentos (fls. 12/73).

O réu foi citado (fls. 85) e contestou a ação (fls. 93/101), alegando em síntese: a) no mérito, seu depoimento à Procuradoria Geral da República não imputou ilícito algum à autora e não foi ofensivo; a ré é pessoa pública e deve ter maior tolerância às críticas que lhe são feitas; não existem danos materiais ou morais a serem indenizados, e o valor postulado é excessivo. Com a contestação não juntou documentos. Em réplica (fls. 104/111), a parte autora rebateu a matéria argüida em contestação e pediu a procedência da ação.

É o relatório.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL XI - PINHEIROS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA JERICÓ S/N, São Paulo - SP - CEP 05435-040**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

DECIDO.

Cabe o julgamento antecipado da lide, pois as questões são de direito e os fatos já se encontram provados nos autos.

No mérito, a presente ação é improcedente.

A questão central refere-se à divulgação de notícia de envolvimento do autor em crimes de corrupção e de lavagem de dinheiro.

Destaque-se que o fato jantar é incontroverso. A autora nega que tenham sido veiculadas, durante o evento, ideias de corrupção e de lavagem de dinheiro.

A delação premiada contra a qual se insurge a autora não tem contornos sensacionalistas, tendenciosos ou deturpados, sendo certo que em momento algum houve manifestação de opinião pessoal ou qualquer comentário ou juízo de valor negativo ou depreciativo à autora. Mencionou que os homens, para tratar de propina, reuniram-se em jantar, e levaram as mulheres. O excerto "*Até é bacana então, né, todos com a esposa junto.*" denota que quem tratava de propina eram os maridos, e não as mulheres.

Desta maneira, a parte ré não imputou prática de ilícito à autora, limitando-se a afirmar sua presença no jantar, o que é verdadeiro, do que decorre não haver dano moral a ser indenizado.

Em face do exposto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação condenatória movida por PATRÍCIA ABRANA VEL FÁRIA em face de RICARDO SAUD, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, e condeno o autor no pagamento das despesas processuais e de honorários advocatícios que fixo, à vista do zelo e da qualidade das manifestações do advogado, em



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL XI - PINHEIROS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA JERICÓ S/N, São Paulo - SP - CEP 05435-040**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

10% do valor da causa atualizado.

Transitado em julgado, requeira a parte vencedora em termos de prosseguimento;  
no silêncio a qualquer tempo, ao arquivo.

P. R. I.

São Paulo, 30 de janeiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**